

SOBRE O PATRIOTISMO CASTRENSE

Manuel Domingos Neto¹

Introdução

Ainda levará tempo até que sejam esclarecidas as razões e as circunstâncias exatas da atuação do militar no processo sociopolítico em curso no Brasil. Antes disso, acredito ser de alguma valia reunir elementos para a reflexão acerca desta intervenção castrense ostensiva.

Digo ostensiva porque, “saindo” ou não do quartel, o militar sempre foi e será ator político relevante. Não há hipótese de a caserna, em qualquer tempo e lugar, perder totalmente seus vínculos com a sociedade e a política. O olhar civil é que não costuma se preparar para captar a vontade, o jeito de falar, o raciocínio e o modo de agir castrenses, mesmo em países como o nosso em que nos últimos 130 anos o militar se apresentou permanentemente como “salvador da pátria”.

Quando me refiro ao “militar” tenho em vista o conjunto heterogêneo de atores que compõem os instrumentos de força do aparelho de Estado. O Exército, sendo mais numeroso, capilar, preparado e equipado para embates internos, é o centro aglutinador deste conjunto.

O militar foi uma peça-chave no golpe que depôs Dilma Rousseff e presumo que tenha agido ciente das graves consequências de sua atitude. As Forças Armadas brasileiras são instituições estabelecidas e nenhum ingênuo ou desarrazoado ganha estrelas de general. O militar atuou sabendo dos prejuízos que causaria à defesa nacional, que pressupõe corporações respeitadas, coesão social, sólidos e profundos laços de amizade com os vizinhos e relações estreitas com o outro lado do Atlântico. Se, apesar disso, apoiou Bolsonaro, contribuindo para armar o cenário de desmonte institucional e de incertezas que afeta toda a sociedade e incide duramente sobre as condições da própria defesa armada, cabe pensar detidamente em suas motivações.

Afinal, que tipo de militar o Estado brasileiro formou? Para compreendê-lo, é necessário conhecer as necessidades intrínsecas das corporações, os valores que orientam os oficiais, a percepção castrense da dinâmica sociopolítica, suas sensibilidades relativamente às mudanças no quadro geopolítico e, com atenção muito especial, as relações que mantêm com fornecedores e instrutores estrangeiros dos quais depende e nos quais busca orientação.

Sem compreender as características da organização militar moderna é impossível captar as motivações políticas de seus integrantes. Aparelhos militares se estruturam de olho em seus similares além-fronteiras; vivem tentando neutralizar vantagens de inimigos potenciais ou imaginados. São estandardizados. Adquirem traços universais. Sem levar minimamente em conta a modernidade militar, serão levianas e enganadoras as inferências sobre o comportamento político das corporações e de seus integrantes.

Os elementos para reflexão que apresento neste texto se baseiam em meus estudos acerca da história dos homens fardados e da guerra, podendo ser resumidos assim:

1. A modernização dos exércitos em países sem capacidade científica, tecnológica e industrial avançada representa uma forma de dominação astuciosa e eficaz das grandes potências.

2. O militar moderno em “país arcaico” tende a ser mais narcísico que o dos países desenvolvidos: é propenso a desejar uma sociedade digna de si e torna-se fator permanente de instabilidade política.

3. A modernidade militar em ex-colônias alimenta dilemas identitários nas corporações, notadamente quando a ruptura com a metrópole ocorre sem o envolvimento de vastos contingentes sociais em confrontos sangrentos.

4. O militar moderno que depende de fornecimento e instrução de estrangeiros desenvolve índole neocolonialista dissimulada pelo “patriotismo castrense”, que demanda a elaboração de leitura histórica própria.

Apresento inicialmente um panorama da modernidade militar. Em seguida, resumo observações sobre as contingências do militar moderno em países sem capacidade de produzir suas armas e equipamentos. Finalizo apresentando reflexões sobre o nacionalismo do militar, que designo “patriotismo castrense”.

Acerca do que pode nos ocorrer em consequência das opções políticas do militar brasileiro, registraria apenas uma obviedade: sendo a política uma arena de confrontos permanentes, uma grande e alongada presença da farda no governo ensejará enfrentamentos entre camaradas. Veleidades serão contrariadas e podem afetar os princípios básicos da organização militar: a disciplina e a hierarquia. A imagem do militar será desgastada, quaisquer que sejam os esforços para eximir-se das responsabilidades de sua intervenção ostensiva no processo político.

Características da modernidade militar

Os países que protagonizaram as disputas por matérias-primas e mercados consumidores nos últimos séculos modelaram instituições militares cujas características seriam reproduzidas universalmente. A Guerra Civil nos Estados Unidos (1861-1865) e a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) refinaram os traços da modernidade guerreira firmados ao longo de séculos e que prevalecem até hoje. A compreensão dessas características é fundamental e podem ser resumidas desta forma:

a) A tropa passou a ser composta por cidadãos remunerados, com direitos reconhecidos e mobilizados pela “causa patriótica”. Esta fórmula foi menos onerosa, mais eficaz do ponto de vista operacional e condizente com o interesse econômico hegemônico. A conscrição permitiu formar e enquadrar grandes contingentes mais entusiasmados e relativamente compatibilizados com a noção emergente de cidadania. Além disso, o recrutamento obrigatório sinalizou para a sociedade o protagonismo do militar como braço do aparelho de Estado moderno.

b) A composição do corpo de oficiais dispensou a seleção por castas ou origem de classe e valorizou a formação profissional em escolas especializadas. A carreira militar passou a ser regida pela promoção hierárquica baseada na avaliação de mérito fundada em critérios que contribuíram para a autonomia corporativa. Essas mudanças corresponderam ao em-

penho na superação do regime político dinástico e ensejaram ao militar a possibilidade de se apresentar como guardião de toda a sociedade.

c) Os Exércitos passaram a dispor de grandes unidades operacionais (brigadas e divisões) com autonomia operacional, preparadas para grandes deslocamentos e para o emprego combinado de múltiplos recursos e procedimentos guerreiros. A nova formatação orgânica permitiu o que a linguagem militar consagrou como “interoperabilidade”. A condução do exército moderno exige preparo altamente especializado de seu corpo permanente, composto por “oficiais superiores”.

d) Os comandantes puderam contar com serviços de estado-maior, um colegiado de assessoramento formado por especialistas capazes de estabelecer de forma autônoma as bases doutrinárias da corporação, planejar e conduzir operações complexas, efetivando a interoperabilidade. Por “doutrina” se deve compreender, em essência, a definição da finalidade da Força Armada, sua organização, a maneira de formar e treinar os combatentes, as regras hierárquicas e disciplinares corporativas e as relações entre a corporação e a sociedade. A unidade de doutrina é peça-chave para a eficácia militar.

e) O poderio militar vinculou-se estreitamente à capacitação científica, tecnológica e industrial, ou seja, a renovação permanente de armas, equipamentos, meios de locomoção, instrumentos de observação, serviços médicos e possibilidades logísticas. Esses elementos tornaram-se determinantes na aferição da capacidade militar moderna.

f) O militar moderno distanciou-se da sociedade em virtude da autonomia corporativa requerida pela complexidade da organização corporativa, mas desenvolveu expedientes para interferir direta ou indiretamente em todos os domínios da vida social, da economia ao ordenamento sociopolítico, incluindo o estabelecimento de princípios e valores que, no seu modo de ver, assegurariam a coesão social.

Estas características da modernidade guerreira estão, obviamente, inter-relacionadas, uma pressupõe a outra. A formação das grandes unidades, por exemplo, foi possível graças ao novo sistema de recrutamento e tornou-se necessária devido à introdução de novas armas e equipamentos. Estes, por sua vez, demandaram a formação de profissionais especializados e sua permanência no serviço ativo só seria viável com a perspectiva de carreira assegurada pela promoção hierárquica baseada no mérito.

A capacidade operacional do militar moderno é ditada pelo máximo aproveitamento da produção padronizada e em larga escala de novos engenhos, substâncias e serviços crescentemente especializados. O salto

modernizador ocorreu paralelamente ao desenvolvimento da metalurgia, da química dos explosivos, dos meios de observação do inimigo e da possibilidade de deslocamento rápido e massivo de tropas por veículos automotores, ferrovias e encouraçados. Quando a aeronave surgiu, no início do século XX, provocou grandes mudanças na guerra. Tornou-se símbolo da modernidade guerreira. Poucas décadas depois surgiria a arma atômica. Mas os traços marcantes da corporação militar já estavam delineados. O surgimento de outras novidades como a guerra cibernética e espacial e o uso de *drones* não alteraram, até o presente, os traços fundamentais da organização militar moderna.

Na modernidade, o campo de batalha passou a representar um excepcional laboratório de testes para pesquisadores, técnicos, inventores e empresários industriais. Tropas vitimadas por epidemias e corpos destroçados nos combates impulsionam o avanço da medicina. As maiores renovações na produção industrial ocorreram justamente após os grandes conflitos, quando os ensinamentos são sistematizados em vista das próximas carnificinas.

A modernidade revelou cabalmente que não há países ricos e fortes que não se envolvam em guerras ou que não se preparem permanentemente para guerrear.²

Os vínculos profundos entre o desenvolvimento da economia capitalista, a política e a força militar foram relativamente encobertos pela nuvem “civilizadora” que envolveu a emergência do Estado moderno. Anthony Giddens assinalou que as duas grandes guerras mundiais, com seus níveis inimagináveis de violência, evidenciaram essa relação.³

Caberia acrescentar que as lutas de libertação nacional, no século XX, também foram fundamentais neste sentido. Uma delas, a Guerra do Vietnã, impactou profundamente concepções estratégicas estabelecidas e a própria sociedade estadunidense.

Na modernidade, um dos problemas mais difíceis enfrentados pelo Estado foi o estabelecimento de limites para a autonomia militar. As relações entre as corporações, a sociedade e o poder político tornaram-se multifacetadas e constituíram objeto de uma disciplina acadêmica reconhecida nos Estados Unidos como “Relações Civis-Militares”. No Brasil, a entidade científica que tentou reunir especialistas da área optou pela designação “Estudos de Defesa”. Trata-se da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (Abed), que não recebeu a devida atenção da comunidade acadêmica e dos governantes.

A respeito da autonomia militar, Michael Mann mostrou que, quanto mais evoluído o Estado, melhor consegue “penetrar a sociedade civil” e implementar as decisões políticas. Mann chamou essa penetração de “poder infraestrutural” e, entre os meios que permitem sua expressão, destaca a

“técnica militar”, que detém considerável capacidade de sobrepor-se ao Estado e inserir-se na dinâmica política.⁴

Ilustrando a capacidade de intervenção do militar no conjunto da vida de uma nação, caberia mencionar a estreita relação da competitividade industrial com a pesquisa de ponta desenvolvida por interesse da defesa. A segurança de rotas comerciais e dos sistemas de comunicação, fundamentais para a sociedade contemporânea e para a economia, dependem de dispositivos militares. O controle social em situações extremas, de caos generalizado e de calamidades naturais, tem no militar o derradeiro instrumento de Estado. As tendências políticas nos embates eleitorais são influenciadas pelas sensações de ameaças reais ou falsas à soberania das nações. Enfim, o militar, que exerceu papel indiscutível no processo civilizador, persiste como figura de primeiro plano na sociedade moderna.⁵

Exércitos absorvem traços universais, mas desenvolvem seus próprios padrões; em busca de legitimação social, procuram apresentar-se como expressão da vontade coletiva, mas elaboram suas próprias interpretações da sociedade; impulsionam inovações, mas temem mudanças sociais e preservam marcas antigas. O militar moderno revela apego a valores ancestrais, inventa e cultua “tradições”, mas está ciente de que a obsolescência é sua ruína. A incorporação de novidades combina-se com o conservadorismo político e comportamental. A preservação da estabilidade e da ordem, sendo irrelevantes os níveis de iniquidade e vilanias que encerre, está no cerne da cultura integrante da corporação armada regular. Aparentemente esdrúxula, tal combinação faz parte da formação das identidades corporativas.⁶

Militar moderno em país arcaico

Ao final do século XIX, a Inglaterra detinha indiscutível superioridade militar. A Alemanha, a França, a Itália e os Estados Unidos desenvolviam esforços sistemáticos para ampliar suas capacidades guerreiras. A força armada dava a última palavra nas disputas por territórios coloniais e pela conquista de mercados de países não industrializados.

A procura de clientes de material de guerra tornou-se acirrada. A modernização dos exércitos de países com menor capacidade científica, tecnológica e industrial passou a ser uma necessidade vital para o fortalecimento das potências industriais. Além disso, mostrou-se uma forma de dominação astuciosa e eficaz de exercício da hegemonia.⁷

A astúcia, no caso, deriva da dissimulação da fragilidade em que ficaria o cliente; a eficácia foi demonstrada pela dominação secular das potências vendedoras de material de guerra.

O uso do termo “imperialismo” entrou paulatinamente em banho-maria após a libertação das colônias africanas, da vitória dos vietnamitas, da redemocratização da América Latina e do esfacelamento da União Soviética. Mas a assimetria das capacidades militares dos Estados não permite equívoco quanto ao domínio mundial por parte dos Estados Unidos. Sua força naval é a maior e mais poderosa do mundo, com uma frota superior à força combinada das treze maiores marinhas imediatamente inferiores. É equipada com a arma atômica e preparada para atuar em todos os mares do mundo.

Armas e tecnologias de uso militar não são mercadorias comuns. Uma potência industrial-militar as vende tentando compensar seus gastos em pesquisa, viabilizar sua produção em escala e assegurar a subordinação do comprador. Para garantir negócios, potências militares desenvolveram truques variados, inclusive o fomento de conflitos potenciais ou reais, em que exibem a eficácia de seus produtos. Além de confrontos de vontades, a guerra tornou-se uma grande vitrine comercial. Mas os “repasses” de tecnologia só ocorrem quando não há risco de redução da distância que separam os detentores de tecnologia dos possíveis clientes.

Antes da Segunda Guerra Mundial, países sem indústria podiam contar com múltiplos fornecedores. Na nova ordem hegemônica pelos Estados Unidos, em permanente confronto com a União Soviética, essa possibilidade foi fortemente limitada: os fornecedores de um país deveriam ser aliados estratégicos e parceiros na produção industrial. Os clientes tinham como opção integrar a Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte), criada em 1949 sob a direção estadunidense, ou o Pacto de Varsóvia, capitaneado pela União Soviética e formalizado em 1955. À margem dessas opções restaria o esforço de desenvolvimento técnico-industrial próprio fortemente lastreado pelo poder político, como foi notadamente o caso da China, que estreou recentemente no mercado de armamento.

Os países sem indústria de armamento passaram a ter chances limitadas de barganha em suas aquisições. A mudança de fornecedor, inclusive, desvalorizaria o aprendizado acumulado pelas corporações e desfaria relações de confiança estabelecidas com os produtores.

Em aquisições de material de guerra, a escolha do fornecedor tornou-se uma opção geopolítica de graves repercussões, não apenas uma mera escolha de preço, condições de pagamento e qualidade do produto. O Pacto de Varsóvia foi desfeito em 1991, mas a Rússia, depois de curto interregno de reorganização interna, persistiu como respeitado fabricante de armamento. Além de deter formidável arsenal nuclear, esse país apresenta hoje novidades em termos de armamento capazes de desafiar a força estratégica estadunidense.

Corporações militares importadoras abrem-se à assimilação de princípios ideológicos, valores, orientações doutrinárias e determinações estratégicas da potência fornecedora. Simultaneamente, contribuem no financiamento de seu complexo guerreiro perpetuando a relação de dependência e ampliando o que o jargão militar denomina “assimetria de meios”. Quem compra armas produzidas externamente e nelas se baseia para sua defesa, vende a alma ao diabo. Pode, inclusive, estar favorecendo a defesa de um potencial agressor.

Na era industrial, a produção de armas foi monopolizada e associada ao capital financeiro. A indústria de guerra tornou-se também promotora e beneficiária de vastos e complexos sistemas de produção científica e renovação tecnológica no qual se destacam as universidades. O cientista, costumeiramente, pouco ou nada pensa em sua função social. Mas seu trabalho integra o esforço guerreiro. Aliás, a competitividade acirrada entre os cientistas reproduz, com regras diferenciadas, a competitividade entre os integrantes da corporação militar.

A maioria dos exércitos modernos, certamente, não representa o desenvolvimento de suas sociedades. Países sem capacidade tecnológica e industrial podem deter Forças Armadas equipadas com engenhos sofisticados, mas não terão autonomia para desenvolver guerras que afetem interesses de seus fornecedores, com os quais precisam manter sintonia fina. Diria Maquiavel, são Príncipes que se sustentam com armas alheias.

A modernidade militar em países com limitada capacidade científica, tecnológica e industrial estabelece uma contradição entre as corporações armadas e a sociedade: a sociedade persiste “atrasada” enquanto a corporação se torna uma narcísica referência de padrão avançado.

O desempenho da corporação militar moderna depende da existência de boas estradas, boas instalações portuárias, cartografia confiável, derivados de petróleo, energia elétrica, meios eficazes de comunicação e locomoção, dados estatísticos precisos, controle sanitário eficiente, atendimento médico avançado, produção de fármacos, oferta de ensino básico e serviços crescentemente especializados. A inexistência destas condições impulsiona o militar consciente de sua missão ao engajamento na modernização do país.

O contraste entre a modernidade militar e a sociedade “arcaica” é fonte permanente de instabilidade política. Corporações modernizadas atuam como protagonistas da dinâmica política de seus países recorrendo ao uso da força contra a cidadania, prejudicando a consolidação da cultura democrática, transtornando o amadurecimento institucional, negando a

soberania popular e prejudicando a construção de um sistema de defesa nacional autônomo.

Este contraste não tem sido destacado nas explicações sobre as crises políticas em países africanos e latino-americanos nos quais o modelo democrático ocidental é permanentemente desestabilizado. Trata-se de uma lacuna na literatura especializada que pode ser atribuída ao desconhecimento dos aspectos elementares da função militar e de seus desdobramentos sociopolíticos militar.

A modernidade militar em ex-colônias sem indústria de guerra tem alimentado dilemas identitários nas corporações. O militar, neste caso, foi levado usualmente a cumprir múltiplas missões: defesa externa, segurança pública, vigilância de fronteiras, proteção contra calamidades, construção da infraestrutura, educação básica e superior, pesquisa científica, produção industrial, serviços médicos, assistência social etc. Nestas condições, é impossível o militar não desvirtuar-se de sua missão precípua e não se apresentar como um ente superior a todos. Quanto mais o Estado lhe atribui funções variadas, mais difícil se torna a montagem de instituições públicas capazes de atender efetivamente às demandas sociais e mais problemática se torna a construção de corporações voltadas para o estabelecimento de um sólido sistema de defesa.

A principal fonte do dilema identitário reside no fato de o militar não se reconhecer inteiramente nem como policial nem como militar. Esse dilema se reflete no sempre inconsistente e inconcluso debate dos conceitos “defesa” e “segurança”.

Manter a ordem interna e inibir transgressões à Lei são missões diferentes da luta contra o estrangeiro hostil. Demandam equipamentos, organização, preparo técnico, posturas e procedimentos diferenciados. Exigem agentes públicos com culturas distintas. Ao desenhar a cidade perfeita, Platão já distinguia estas funções do aparato de força do Estado: grego não eliminaria grego; estrangeiro seria bárbaro, devendo ser abatido ou escravizado conforme a vontade grega.

O dilema identitário do militar foi constante ao longo da história. Atravessando o Rubicão, o exército de César deixou de ser uma força de defesa do Império Romano para tornar-se protagonista ostensivo do sistema político. Quando ocorreu o esfacelamento do poder de Roma, a pulverização política que se seguiu fez com que o mando político fosse diretamente determinado pela capacidade ou pelo talento militar do Príncipe.

A modernidade pôs fim a essa relação direta. O dilema identitário da corporação militar ganhou nitidez quando a legitimidade do poder político passou a derivar da soberania popular e do apoio da comunidade imagi-

nada como “nacional”. Em outras palavras, quando a força bruta do poder político precisou de mediações exercidas em parlamentos e instituições judiciais, entre outras.

A não distinção de atribuições dos organismos de força do Estado tanto compromete a defesa externa quanto impede a garantia efetiva da segurança pública. Essa indistinção deixa a cidadania desprotegida. As crises permanentes de identidade corporativa foram mais evidentes em ex-colônias que lograram suas independências sem resistência armada de envergadura, ou seja, mobilizando amplamente a sociedade.

Não foi exatamente o caso dos Estados Unidos, cujo exército foi forjado no processo de ruptura com o Império Britânico ocorrido entre 1776 e 1783. Três décadas depois da libertação das Treze Colônias, em 1812, o exército estadunidense enfrentaria novamente o colonizador, confirmando sua missão de defesa externa. É verdade que, durante mais de um século, esse exército dedicou-se também ao aniquilamento dos povos originários, mas a segurança dos cidadãos e a garantia da ordem foram asseveradas por agentes locais e por corpos milicianos que constituiriam a Guarda Nacional. O fato de a força naval estadunidense ser composta por três corporações, a Marinha, o Corpo de Fuzileiros Navais e a Guarda Costeira, também contribuiu para atenuar as crises de identidade corporativa do militar nesta ex-colônia.

Mas o que definiu em últimos termos a natureza das corporações armadas deste país foi sua clara propensão ao domínio planetário. O papel de todas as corporações armadas foi definido em função de um ideário claro e abrangente expresso no que ficou conhecido como “destino manifesto”: a crença generalizada de que o antigo colonizado deveria se tornar superior aos velhos impérios coloniais. Os senões à tal crença foram superados pela guerra interna, na segunda metade do século XX, que resultou na abolição formal da escravatura. A eliminação do segregacionismo dos negros nas corporações militares estadunidenses, entretanto, só ocorreria após a Segunda Guerra Mundial.

Quanto às organizações militares modernizadas em colônias menos desenvolvidas, a figura do colonizador como inimigo inconciliável foi atenuada, quando não tida como benfeitor. A cultura militar, nesses casos, foi construída tendo como base o reconhecimento explícito ou encoberto da grandeza do legado colonial. Assim ocorreu, inclusive, no Brasil.

Tal fenômeno prejudicou o desenvolvimento do sentimento de nacionalidade: princípios, valores, prismas e desígnios apresentados como nacionais se confundiram com o acatamento do jeito imperial de ver o mundo. O autoritarismo das elites políticas nesses países é uma inequívoco-

ca demonstração de uma ruptura política incompleta. Frantz Fanon diria tratar-se de caso psicopatológico: pele negra, alma branca.

O descompasso entre a realidade do país e o instrumento coercitivo modernizado impeliu a participação do militar na política. Movido por interesses corporativos, o militar tendeu a promover rupturas no ordenamento legal. Países latino-americanos e africanos se enquadram nessa perspectiva. O envolvimento político ostensivo se deu de forma mais clara entre corporações fortemente dependentes de fornecimento externo para resolver tensões internas. Tal dependência revela os limites sempre imprecisos das noções de “externo” e “interno”. Mostra a relatividade da dicotomia entre a “política interna” e a “política externa”.

Corporações militares modernas em países não desenvolvidos se relacionam diretamente com os fornecedores e entram facilmente em desalinho com propensões majoritárias das sociedades que lhes sustentam; podem não manter sintonias com o poder civil na eventualidade do estabelecimento de política externa envolvendo aspectos aparentemente distantes do interesse puramente militar, como a pauta de exportações, a cooperação científica e mesmo acordos de natureza cultural.⁸

Além disso, tensões frequentes no meio militar são motivadas por iniciativas de “âmbito interno” capazes de afetar a vida corporativa, como a contenção de gastos públicos e reformas sociais que incidam sobre o sistema de recrutamento militar, a promoção hierárquica e a inserção social dos oficiais.

O patriotismo castrense

Na modernidade, a retórica militar destaca o “amor à pátria”. Por quê? Em que consiste o objeto deste amor?

Este sentimento conduziu a humanidade aos seus momentos mais torpes e sublimes. Homens bestiais como Mussolini, Hitler, Franco e Salazar se autoproclamaram patriotas, assim como os que os enfrentaram. Em nome da pátria, militares latino-americanos assassinaram defensores da pátria. Trump e Bolsonaro se elegeram com discursos patrióticos. O crescimento da extrema direita europeia é lastreado na pretensa “defesa da pátria”.

Movimentos revolucionários de largo alcance social, como as guerras de independência das colônias britânicas na América e a Revolução Francesa impulsionaram a noção de patriotismo. Apesar da centralidade que passou a ocupar na vida moderna, a pátria nunca foi objetivamente descrita. O seu destaque na legitimação dos Estados motivou belas poesias,

não explicações convincentes. O militar brasileiro, a exemplo de diversos de seus similares estrangeiros, exigiu do constituinte que inserisse a defesa da pátria como sua missão precípua, mas não definiu o que era pátria nem o constituinte lhe perguntou. A Constituição outorgou ao militar um poder imensurável: a pátria é o único ente poderoso o bastante para pedir a qualquer um que morra ou mate em sua defesa.

Obviamente, tal presunção do militar ocorreu após a proclamação da República. Na Constituição imperial, o herdeiro dos Orleans e Bragança encarnaria solitariamente a pátria. Os brasileiros seriam “brava gente” apenas se defendessem sua Augusta figura, conforme a letra integral do Hino da Independência, escrita por Evaristo da Veiga e musicada, reza a lenda, pelo próprio Pedro I.

Na ausência de definições sobre a pátria, é razoável tomá-la como um fetiche cuja força parece derivar dos múltiplos usos aos quais se presta.⁹

Para decifrar o patriotismo do guerreiro moderno, um primeiro passo é o registro de sua sacralidade. Homens organizados para matar e morrer se cobrem de justificativas religiosas. A eliminação propositada do semelhante não é algo banal; menos ainda a disposição consciente de abreviar a própria vida.

Nesse sentido, um guerreiro moderno se iguala ao seu ancestral. No passado, o combatente atendia ao mando de deuses, como se o braço que elimina o semelhante fosse desprovido de vontade própria. Na contemporaneidade, o abate é justificado como vontade da pátria sagrada.

Nos primórdios da modernidade, homens integravam as fileiras como meio de vida, como obrigação imposta por senhores ou, no caso de cativos escravizados, como alternativa para conservar a própria existência. Maquiavel condenaria essas formas de recrutamento, em particular o mercenarismo, usual na Europa de sua época. O teórico apontava como ineficaz a tropa não envolvida emocionalmente com o Príncipe.

No final do século XVIII, a vantagem de guerrear pelo sagrado “chamado da pátria” estava evidente. O guerreiro moderno, agindo em seu nome, negaria humanidade ao inimigo com o ardor de seus antepassados remotos. As corporações passaram a cultuar bandeiras nacionais em liturgias que remetem aos costumes imemoriais.

Ocorre que nada é sagrado apenas por ser antigo ou herdado. A sacralidade da pátria se dá na medida de sua serventia para a preservação ou a quebra de ordenamentos políticos, geralmente efetivadas pela guerra.

Antes das revoluções modernas, o valor simbólico da pátria era discutível. No período que Hobsbawm intitulou de “Era dos Impérios”, a pátria era pouco presente na retórica política ocidental. Quando a Coroa

inglesa ainda se preparava para dominar o mundo, Samuel Johnson pronunciou a frase famosa: “o patriotismo é o último refúgio dos canalhas”. Deu-se que a “canalhice” das treze colônias inglesas do Atlântico Norte se impôs ao Império Britânico.

A Declaração de Independência dos Estados Unidos, escrita por patriotas, prometia igualdade entre os homens, preservação da vida, liberdade e felicidade. Mas selecionava aqueles que integrariam a pátria. Ao tempo em que condenava o colonizador pelo fato de impedir estrangeiros de buscarem uma nova pátria, negava aos habitantes originários e aos negros o acesso à felicidade prometida pela comunidade em formação.¹⁰

As formulações patrióticas do outro lado do Atlântico eram também confusas. Corneille e Voltaire, que contribuíram para a quebra da ordem política na França, percebiam como charlatanice a mobilização de soldados em nome da pátria. Corneille foi impiedoso: se era bom morrer pela pátria, que os compatriotas brigassem entre si para determinar a quem caberia tal privilégio!

Após a queda da Bastilha, os franceses começaram a levar a sério o discurso patriótico. Danton foi ovacionado quando disse que ninguém poderia recusar o chamado da pátria. Radicalizava a ideia de Rousseau, que estabeleceu uma relação direta entre os direitos da cidadania e o laço afetivo com a comunidade. Depois da convulsão revolucionária, Napoleão, que não era francês, reuniria sua multinacional “grande armée” em nome da pátria. Uma canção escrita para mobilizar alsacianos animaria parisienses enviados para guerrear em Marselha. Alsácia e Marselha eram pátrias distantes, com culturas e línguas distintas, que o Império queria dominar. Desde então, muitos filhos de muitas pátrias morreram e mataram enebriados pela Marselhesa, alimentando o sonho napoleônico de submeter todas as pátrias que encontrasse pela frente.

O sentimento patriótico designava originalmente o apego ao lugar dos ascendentes. O termo latino “pátria” remetia à “terra dos pais”. O sentido original seria corrompido durante a emergência da sociedade urbano-industrial para algo como “a terra em que se vive”. Rousseau, itinerante incorrigível, definiu a pátria como o lugar onde o homem se sente bem.

O uso da palavra “pátria” parece ser mais antigo que o da palavra “nação”. Os tradutores dos clássicos gregos usam licenciosamente ambas as palavras porque os vernáculos modernos não dispõem de recursos para exprimir sensações e percepções do passado remoto.

Camões usou as duas palavras, associando a primeira à ideia de paternidade. Pátria seria terra dos pais; nação remeteria ao local de nascimento das “gentes” ou à filiação étnica. O poeta não se referiu à “pátria

portuguesa”. Usou a expressão “lusitana gente” para designar as forças do Rei cristão que submetiam mouros e gentios desalmados.

Os significados das palavras “pátria”, “nação” e “país” se confundiram de tal forma ao longo do tempo que findaram empregados como sinônimos. Tanto podiam designar uma comunidade específica como coletividades submetidas a um Estado. Poderiam significar o Estado em si ou ainda um ente mais enigmático: o “Estado nacional”, eventualmente chamado “Estado-nação”.

“Amor à nação”, ao “país” e à “pátria” passaram a ter o mesmo significado. Ninguém consegue explicar convincentemente em que consiste este sublime sentimento, mas todos parecem perceber do que se trata. Expressões corriqueiras como “projeto nacional”, “projeto de nação”, “vontade nacional”, “honra nacional”, “objetivos nacionais”, “causa patriótica”, “honra nacional”, “questão nacional” e “projeto de país” causam bom efeito, impõem respeitabilidade, emocionam, mas não se explicam por si.

Considerar que a nação seja formada no compartilhamento de um passado ou tradição comum é insustentável. A memória social é seletiva, a visão do passado é refeita no dia a dia, a tradição é volúvel, inventada, servindo para respaldar conjunturalmente intenções relativas ao futuro. O francês Ernest Renan, no final do século XIX, estabeleceu que a construção das nacionalidades demandava o “esquecimento” de certas experiências vividas e que a nação seria uma “opção cotidiana”. Ou seja, o arrebatador sentimento nacional seria movediço, volátil, volúvel. Renan inspiraria posteriormente os macabros fascistas italianos.¹¹

O que não comporta discussão é o fato de as nações ou as pátrias se firmarem no esmagamento de coletividades mais débeis ou segmentos sociais mais fragilizados. São construídas em processos brutais, daí a tirada de Voltaire, para quem amar a pátria seria desejar o mal ao vizinho. Ou a de Marx e Engels, quando escreveram no Manifesto Comunista que os proletários não tinham pátria.

O sentimento nacional não é simples manifestação gregária ou apego idílico ao “torrão natal”; não resulta de “evolução natural” nem exprime origem étnica ou convicção religiosa. Não se trata de “comunidade estável historicamente constituída, formada com base em linguagem comum, território, vida econômica e composição psicológica manifestada em uma cultura comum”, como pretendeu Stalin em 1913.¹²

O sentimento nacional ou patriótico nada tem de “natural”, e considerá-lo como “historicamente constituído” é ocioso, posto que o contrário seria inverossímil. Tal sentimento é construído no entrechoque de vontades coletivas gerenciadas pelo poder; resulta da instabilidade provocada pela in-

tensificação das relações entre os coletivos humanos, não da “estabilidade” imaginada por Stalin; é orientado para o confronto com o que é percebido como estrangeiro.

A consagração de tal sentimento advém de sua imbatível capacidade de sobrepor-se às vontades coletivas localizadas, crenças religiosas, diferenciações étnicas e interesses de classe. As identidades nacionais frutificam com a internacionalização promovida pelo desenvolvimento das trocas comerciais. Em 1848, quando Marx e Engels escreveram que os proletários não tinham pátria, reagiam aos esforços de legitimação do Estado burguês por uma falsa unidade social. Mas, ao pregarem o “internacionalismo proletário”, admitiram e respeitaram a existência das nacionalidades: sem nações não haveria como se falar em internacionalismo.

Os que detêm ou querem deter o poder cultivam o sentimento nacional; alimentam e manipulam emoções coletivas, inclusive sepultando costumes, disseminando novas estéticas e impondo vernáculos. Nada mais sem cabimento do que o “patriotismo linguístico”, “musical” ou “gastronômico”. Alguns ganham credibilidade com tais apelos demagógicos, baseados na falsa possibilidade de congelamento dos recursos de comunicação ou de nutrição entre os humanos.

No caso do “patriotismo linguístico”, por exemplo, há muito os cientistas sociais demonstraram que não há linguagens complexas sem intercâmbios culturais e que a “pureza da língua”, na medida em que repele novos recursos terminológicos, limita a comunicação. Um discurso do revolucionário africano Amílcar Cabral em meados do século XX desmoralizou o apelo demagógico do “nacionalismo linguístico”:

A língua é um instrumento que o homem criou através do trabalho, da luta, para comunicar com os outros. [...] Mas o mundo avançou muito, nós não avançamos tanto como o mundo. [...] “Satélite natural”, digam isso em Balanta, digam em Mancanha! [...] Como é que se diz aceleração da gravidade em nossa língua? Em Crioulo não há, temos que dizer em Português. [...] Há muita coisa que não podemos dizer na nossa língua, mas há pessoas que querem que ponhamos de lado a Língua Portuguesa, porque nós somos africanos e não queremos a língua de estrangeiros. [...] Nós, Partido, se queremos levar para frente o nosso povo, durante muito tempo ainda, para escrevermos, para avançarmos na ciência, a nossa língua tem que ser o Português. E isso é uma honra! É a única coisa que podemos agradecer ao tuga (português), ao fato de ele nos ter deixado a sua língua depois de ter roubado tanto na nossa terra.¹³

Os vínculos emocionais da nação ao território também não apresentam consistência. Delimitações territoriais expressam o arbítrio do mais poderoso.

Grandes áreas do planeta foram repartidas entre impérios europeus à revelia da vontade de seus habitantes. Comunidades ancestrais foram violentamente separadas; inimigos de longa data foram forçados a conviver no mesmo espaço.

No mundo dividido em Estados nacionais, as fronteiras delimitam domínios, não espaços caracterizados por laços sentimentais. É possível falar em território de um povo antes do advento do Estado moderno. No século XX, as fronteiras territoriais passaram a demandar reconhecimento formal de entidades que encarnam a ideia de ordem internacional.

A variedade e a intensidade dos fluxos migratórios verificados antes e depois da emergência do Estado moderno mostram que a afeição à terra dos ancestrais não sobrepuja a vontade de viver melhor. O lirismo do apego ao torrão natal aparece precisamente com o deslocamento geográfico, que propicia condições para a percepção das diferenças culturais. Em plena expansão colonial europeia e de incorporação ao mercado internacional de vastas populações da Ásia e África, Lord Acton dizia que “o exílio é o berço da nacionalidade”.¹⁴

Benedict Anderson assinalou, bem humorado, as consequências ambíguas das migrações do século XX para a configuração do nacionalismo: além de os Estados tenderem a reconhecer a “dupla nacionalidade”, surgiram o “nacionalismo de longa distância e o seu primo, o nacionalismo portátil”: longe de sua terra, o imigrante desenvolve o sentimento de apego ao torrão natal.¹⁵

O apego à terra natal não é um sentimento comparável à relação afetiva construída em comunidades ampliadas cujos limites territoriais foram estabelecidos de forma arbitrária, ao sabor de guerras, transações variadas e acordos “internacionais”. No mundo dividido em Estados nacionais, as fronteiras delimitam domínios, não laços sentimentais com o território. É possível falar em território de um povo antes do advento do Estado-nação; depois disso, as fronteiras territoriais demandam reconhecimento formal de entidades multilaterais.

O mais razoável é acreditar que a nacionalidade se exprima pela incorporação do saber social que Norbert Elias chamou de “habitus”, forjado no disciplinamento de indivíduos e na eliminação de vontades coletivas concorrentes. Elias e Gopal Balakrishnan vincularam a guerra à estruturação do poder e da sociedade. Elias afirma que, no desenvolvimento da Europa e da humanidade, um papel central foi desempenhado pela eliminação de grupos tribais ou de Estados.¹⁶

Balakrishnan, interrogando Benedict Anderson (*Imagined communities*), segue no rumo: é durante a guerra que a nação é imaginada como uma comunidade que incorpora grandes valores. Tendo em vista a belicosidade do patriotismo, Anderson iniciou sua reflexão sobre a nação observando os monumentos erguidos para homenagear pessoas cujos corpos não foram encontrados.

A formação e o cultivo do sentimento nacional envolvem os “de baixo”, assinalou Eric Hobsbawm. As pessoas buscam reconhecimento em uma comunidade e a luta por direitos individuais e sociais confunde-se com a criação da comunidade nacional. A nação encerra promessas de reconhecimento e bem-estar, do contrário não interessaria aos pobres e marginalizados; encanta porque promete a todos um destino comum. Dizia Otto Bauer, no início do século passado, a nação é uma “comunhão de destino”.

Assim, não há consistência na dissociação entre “questão nacional” e “questão social”, expressões da literatura marxista ainda não exatamente substantivadas, mas que permitem deduções: a primeira diz respeito ao atendimento às necessidades do Estado ou do desenvolvimento das relações capitalistas em espaços circunscritos, e a segunda ao atendimento às demandas por vida digna da parte de segmentos sociais excluídos dos benefícios do desenvolvimento. Mas como dissociá-las, se a luta pelo reconhecimento de direitos, pejorativamente designada pelo neoconservadorismo estadunidense como “identitária”, exprime vontade de inclusão na sociedade admitida como nacional?

A segmentação entre o “social” e o “nacional” amesquinha demandas dos “de baixo” que os “de cima” não querem atender. Lutar pelo “interesse nacional” separadamente do “interesse social” é uma manobra para imprimir respeitabilidade aos desígnios dos que detêm ou querem deter a hegemonia no Estado, entre os quais se destaca o estamento militar. Este procedimento lastreia o “nacionalismo corporativo”, que estou designando como patriotismo castrense.

O exemplo mais radical de atuação “não militar” da Força Armada é precisamente o cultivo do sentimento nacional. Mas quando o exército regular dissemina esse sentimento, o que pretende é a estabilidade social, a manutenção da ordem existente, a obediência estrita de seus integrantes, não a mudança promissora para a maioria. O militar, funcionário do Estado moderno, tem em vista a preservação das relações sociais, não a quebra de padrões de dominação.

O nacionalismo do militar se baseia na visão corporativa sobre a sociedade e bate de frente com a promessa de futuro promissor comum. Depois de revelar ao mundo o poder da mobilização em defesa da pátria, o Exército dos Estados Unidos dedicou-se ao extermínio de tribos indígenas, mostrando que a pátria é exclusivamente para os obedientes ou os enquadrados nos valores dos que detêm a força. O mesmo ocorreria no Brasil, depois da Proclamação da República. Em nome da pátria, o Exército abateria milhares de trabalhadores rurais nordestinos que não tinham qualquer motivo para confiar na nova ordem.

A tendência do patriota castrense é tomar como grande inimigo os nacionais empenhados na luta por mudanças sociais. Os militares dos países europeus e latino-americanos que adotaram regimes autoritários no século XX elegeram os comunistas e reformistas sociais como inimigos a exterminar.

O macarthismo nos Estados Unidos ilustra o instinto repressivo do patriotismo castrense. O fervor patriótico lastreou a perseguição aos que fossem percebidos como comunistas ao ponto de abalar os fundamentos institucionais da democracia estadunidense. O patriotismo desse político foi forjado durante seu período no Corpo de Fuzileiros Navais. As corporações militares foram poupadas do protagonismo na repressão política, entretanto, constituíram o seu anteparo e foram as grandes beneficiadas com dispêndios governamentais resultantes do pavor ao comunismo.

Em países cujas corporações militares dependem da importação de armas e equipamentos, o nacionalismo do militar pressupõe proximidade e colaboração com o estrangeiro poderoso que lhes abastece.

Sendo a defesa do território atribuição do militar, o que se destaca em seu patriotismo é a fictícia inviolabilidade de fronteiras arbitrariamente definidas e romanticamente sacralizadas. As aves não alteram o gorjeio quando atravessam fronteiras. Nem o céu fica mais estrelado, nem as flores mudam de cor, como nos versos de Gonçalves Dias. Nem os homens perdem a humanidade, como pretendeu a propaganda dos protagonistas das duas guerras mundiais do século XX. As múltiplas possibilidades de intercâmbios entre comunidades nacionais deixaram crescentemente permeáveis os limites geográficos. Mas, para o senso comum, o simbolismo da fronteira é o elemento mais perceptível da delimitação da nação.

Em cada Estado nacional, cabe aos governantes, com vistas à mobilização guerreira em defesa do espaço físico, alimentar a noção de que o território nacional é sagrado. O Estado estimula o apego afetivo da população ao território e o militar, como guardião oficial do espaço físico, protagoniza a sagração.

Há muito tempo a submissão de nações não se dá necessariamente com a presença do estrangeiro cobiçoso em seus territórios. O país mais poderoso do mundo hoje reduz a presença de seus soldados no exterior por conta do mal-estar que provocam devido ao apoio aos regimes ditatoriais, dos danos ambientais e dos pesados custos financeiros. David Vine calcula que os Estados Unidos gastam mais de cem bilhões de dólares por anos em cerca de mil bases ao redor do mundo.¹⁷

A importância da presença física foi reduzida pela ampliação da capacidade de deslocamento rápido de efetivos, pelos novos recursos de vigilância e pelas possibilidades de destruição de alvos a partir do espaço

aéreo. Na paulatina retração da presença física em territórios estrangeiros, os Estados Unidos parecem copiar a experiência do Império Romano e de seus sucessores.¹⁸

O que é designado como “soberania nacional” é cada vez menos definido por controle de territórios. A defesa de limites territoriais tem presença destacada na retórica patriótica, mas o militar sabe que tal “defesa” se dá efetivamente, na atualidade, em espaços intangíveis, como o cibernético, e infinitos, como o sideral.

A capacidade simbólica do patriotismo castrense é fundamental para submeter a tropa ao poder político. Abraçassem demandas de inclusão social, as fileiras seriam indóceis aos desígnios do Estado construído para assegurar estabilidade à hegemonia burguesa. O respeito à hierarquia e à disciplina desapareceria, inclusive por conta das diferenças de condições de vida oferecidas à tropa e ao corpo de oficiais. Os subalternos ingressariam de cabeça na turbulência política.

Expressões como “falso patriotismo”, “patriotismo territorial”, “patriotismo geográfico” ou “patriotismo raso” não dão conta da amplitude e da complexidade deste sentimento; adjetivam abstratamente, encobrendo sua essência.

O patriotismo castrense é fundado na percepção que o militar constrói de si mesmo, da sociedade, do Estado e do potencial inimigo; atende, antes de tudo, ao interesse de legitimação corporativa. É baseado em leitura histórica própria, enaltecida dos feitos de organizações militares que precisam impor respeito à sociedade que lhes sustentam. Pressupõe unidade fictícia ou, o que dá no mesmo, forçada, do corpo social, negando discriminações, exclusões e segregações explosivas. A narrativa castrense exige a depreciação do “inimigo” como condição básica para a glorificação corporativa. Esse “inimigo” não é necessariamente e nem sempre o estrangeiro. Mas é forçosamente o nativo indócil ou o nacional descontente, que perde a condição de grego.

A narrativa histórica do militar obscurece seu papel como instrumento de força do Estado hegemônico por elites civis beneficiárias do legado colonial e demoniza seus desafiantes.

O relato histórico do militar pretende-se exato, verdadeiro e incontestável; discordâncias são tidas como discursos ideológicos infamantes. O patriota castrense copia o sentido do termo “ideologia” usado por Napoleão: o de ideia falseadora da verdade ou de mentira pérfida e deletéria.

O Estado moderno endossa o patriotismo castrense por sua capacidade de legitimação do domínio sobre a sociedade. Diversos segmentos sociais se confundem com seu formidável e astucioso apelo sentimental.

Esse tipo de patriotismo não apenas sacraliza o território: sobretudo, acata e privilegia estruturas sociais iníquas.

O patriotismo castrense em ex-colônias legitima a pretensão corporativa de tutela do Estado e de ascendência sobre o conjunto social. A poderosa carga afetiva do ente abstrato designado “pátria” é empregada para compatibilizar ideários de elites associadas ou não aos interesses metropolitanos. Tais elites negam direitos aos nativos, tentam preservar o legado colonial e abrem a qualquer custo caminho para a exploração comercial dos recursos naturais.

Conclusão

O patriotismo está no centro do debate político mundial neste início de século, fazendo lembrar o ambiente que antecedeu a Primeira Guerra Mundial. Não se trata de um debate anacrônico ou desprovido de senso, mas de questões objetivas demandando atenção. As ameaças sobre as democracias ocidentais, inclusive as que se apresentavam como solidamente enraizadas, são nutridas por apelos patrióticos e estão na ordem do dia.

As manifestações patrióticas crescem no ritmo da negação de princípios e valores consagrados pela modernidade, como a tolerância, o reconhecimento de direitos humanos, a preservação do meio ambiente e o direito à autodeterminação das sociedades reconhecidas como nacionais.

Esse ambiente tenso e confuso reflete movimentações profundas da sociedade global. Prenuncia o reordenamento das relações internacionais, tal como ocorreu há um século atrás. Observando em perspectiva histórica, tudo indica que vivemos o transe do assentamento de uma nova hegemonia na ordem global. A pretensão da unipolaridade por parte dos Estados Unidos teve vida curta. Seu enterro está previsto, mas ainda sem data marcada. Certamente, não ocorrerá sem brutalidades.

Estas são as circunstâncias em que ocorre o crescimento de tendências políticas extremistas que arrebatam as massas com o mais poderoso argumento conhecido na modernidade: a bandeira da pátria.

Impressiona a velocidade dos acontecimentos. Poucos anos se passaram para que o Brasil perdesse a condição de respeitável país emergente para a triste situação em que se encontra, de nação subalterna e desatinada.

O patriotismo castrense contribuiu decisivamente neste processo cujo final é imprevisível. O retorno ao regime de força parece não combinar com a realidade, mas é uma possibilidade que não deve ser descartada.

Fascina círculos civis e, em particular, militares de patentes intermediárias. Essa possibilidade é alimentada pela dificuldade de articulação de forças democráticas amplamente respaldadas pela sociedade.

Qualquer que seja o desenlace da crise, não tem cabimento negar ou reduzir a responsabilidade do militar nos acontecimentos. As saídas para superar o transe passam obrigatoriamente pelo entendimento das forças políticas democráticas com a caserna.

Esse entendimento deve dispensar subterfúgios, arrogância ou temor servil. Um obstáculo a ser vencido é a quebra do monopólio do saber relativamente aos negócios da guerra. Ao longo do regime republicano, o militar pontificou sobre si mesmo. Apresentou seus pontos de vista diante de interlocutores desinformados sobre seus assuntos. O narcisismo autista da caserna precisa de freios tanto quanto a ingênua presunção civil de não reconhecer o peso do militar no ordenamento sociopolítico.

O patriotismo castrense precisa se entender com as demandas multifacetárias da sociedade brasileira.

RESUMO

Este artigo busca apresentar um panorama da modernidade militar. Em seguida, elenca as observações sobre as contingências do militar moderno em países sem capacidade de produzir suas armas e equipamentos. Finalizo apresentando reflexões sobre o nacionalismo do militar, que designo “patriotismo castrense”.

PALAVRAS-CHAVE

Modernidade militar; nacionalismo; patriotismo castrense.

On the military patriotism

ABSTRACT

This article seeks to provide an overview of military modernity. Next, it lists the observation of modern military contingency in countries that have no weapon and equipment production capacity. I conclude the paper presenting reflections on the military nationalism, which I designate as “military patriotism”.

KEYWORDS

Military modernity; nationalism; military patriotism.

NOTAS

1. Doutor em História pela Universidade de Paris. Professor da Universidade Federal Fluminense. Foi vice-presidente do CNPq. Contato do autor: mdomingosneto@yahoo.com.br
2. Adiantei observações a respeito na introdução de um livro que organizei: *O militar e a ciência no Brasil*. Rio de Janeiro: Gramma, 2010.
3. GIDDENS, Anthony. *O Estado-nação e a violência*. São Paulo: Edusp, 2008, pp. 248-250.
4. MANN, Michael. “O poder autônomo do Estado: suas origens, mecanismos e resultados”. In: HALL, John (org.). *Os Estados na história*. São Paulo: Editora Imago, 1992. pp.163-204.
5. Uma boa análise dos pensadores que trataram do papel do militar na construção do Estado moderno é a de MALESEVIC, Sinisa. “Violência, poder e Estado-nação: uma avaliação sociológica”. In: *Tensões Mundiais*, vol. 2. n. 3 jul./dez. 2006.
6. Argumentei sobre isso no ensaio “O militar e a civilização”, *Revista Tensões Mundiais*, vol. 1, julho-dezembro, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.33956/tensoesmundiais.v1i1%20jul/dez.757>>
7. Tratei disso em minha tese de doutorado: “Influence Française dans la modernisation de l’Armée Brésilienne”, Université de Paris III, Institut des Hautes Études de l’Amérique Latine, 1979.
8. Trabalhei essa temática em minha tese de doutorado já mencionada.
9. Acerca disso, ver NETO, Manuel Domingos e MARTINS, Mônica Dias. “Significados do nacionalismo e do internacionalismo”. *Revista Tensões Mundiais*, Ten. Mund., Fortaleza, v. 2, n. 1, jan./jul. 2006
10. Entre os que contribuíram para o estudo desta temática, citaria: ANDERSON, Benedict. *Imagined communities, reflections on the origin and spread of nationalism*. Londres: Verso Editions and NBL, 1983; BENDIX, Reinhard. *Construção nacional e cidadania, estudos de nossa ordem em mudança*, São Paulo: Edusp, 1996; HOBBSBAWM, Eric. *Nations et nationalisme depuis 1780*. Paris: Gallimard, 1992. HROCH, Miroslav. “Do movimento nacional à nação plenamente formada: o processo de construção nacional na Europa”. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2000; GELLNER, Ernest. “O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e das classes”. In: BALAKRISHNAN, *Op. cit.*
11. RENAN, Ernest. *Qu’est-ce qu’ une nation?* Paris: Pocket, 1992.
12. STALINE, J. *Le marxisme et la question nationale*. Disponível em: < <https://www.marxists.org/francais/staline/works/1913/00/js1913.pdf>> (Consultado em 06 set. 2019).
13. LARANJEIRA, Pires. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995, pp. 407-8.

14. ACTON, Lord. “Nacionalidade”. In: BALAKRISHNAM, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995, p. 34. (2000, p. 34)
15. ANDERSON, Benedict. “Problemas dos nacionalismos contemporâneos”, *Tensões Mundiais*, v. 1, n. 1, jul./dez. 2005.
16. ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 17.
17. VINE, David. *Base nation: how U.S. military bases abroad harm America and the world* (American Empire Project). Nova York: Metropolitan Books, 2015.
18. Sobre a disposição das bases militares estadunidenses na América Latina, há uma boa coleta de dados na dissertação de mestrado de Camila Alves da Costa, “Presença Militar Estadunidense na América Latina”, Universidade Federal Fluminense, 2011.